PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS Nº 57
Assinatura
C.P.L.

INEXIGIBILIDADE Nº 004/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004.13.01/2023.

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA AIXA GRANDE E A EMPRESA **RUBENS KAIQUE FRAZAO MOURAO, CNPJ sob nº 32.404.059/0001-31,** PARA O FIM QUE ABAIXO SE INDICA.

Por este instrumento particular, O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE,** por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Estado do Piauí, Avenida Júlio Texeira, s/n, Centro, na cidade de São Miguel da Baixa Grande/PI inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 30.365.156/0001-37, por seu representante, o Secretário Municipal de Educação, Francisco da Cruz Carlos, brasileiro, portador do CPF sob o nº 846.279.213-49, doravante designada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Empresa **RUBENS KAIQUE FRAZAO MOURAO, com inscrição no CNPJ sob nº 32.404.059/0001-31, localizada à Rua Gabriel Ferreira, 643 Sala 106 - Centro, Teresina,** por seu representante legal, Sócio administrador Contador Rubens Kaique Frazão Mourão, Contador registro CRC/PI 012063/O-6, portador do CPF: 055.009.103-37, RG.: 3028761/SSP-PI, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem celebrar o presente Contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste contrato, **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ELABORAÇÃO BIMESTRAL DO INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO DE ORÇAMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO - SIOPE, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE/PI, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, conforme as condições previstas no termo de referência e especificações.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O preço total do presente contrato é de R$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais), de acordo com a proposta comercial da CONTRATADA, conforme tabela abaixo:

ITEM	*DESCRIÇÃO*	UNIDADE	QTD	V.UNIT
01	**CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ELABORAÇÃO BIMESTRAL DO INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO DE**	Mês	12	R$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais).

	ORÇAMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO - SIOPE, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE/PI, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS Nº
Assinatura
C.P.L

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Serviços serão solicitados mediante a real necessidade da CONTRATANTE, mediante expedição de Ordem de Serviços(OS) pela mesma, tendo inicio 24h (Vinte quatro) horas a partir das solicitações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

À **CONTRATANTE** é reservado o direito de acompanhar e fiscalizar a entrega dos Serviços através de seus representantes, consoante o art. 67 da Lei nº 8.666/93, com poderes de rejeitarem os Serviços se os mesmos não estiverem de acordo com as especificações discriminadas na proposta integrante do procedimento de contratação, onde a ação de fiscalização não reduzirá a total responsabilidade da CONTRATADA por erros, atrasos ou omissões das quais decorram prejuízos ao CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

Os Serviços, objeto do presente contrato serão realizados nos termos e condições especificadas na Ordem de Serviços(OS) e de acordo com a proposta comercial da CONTRATADA, e terá seu inicio 24 (Vinte e Quatro) horas após solicitações através da Ordem de Serviços (OS) emitida pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para a execução do presente Contrato correrão de acordo com a seguinte dotação orçamentária:

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
FONTE DE RECURSO	**FME**

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA:

O prazo de vigência deste instrumento será a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2023 e terá a publicação do seu resumo no Diário Oficial em forma resumida, em obediência ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:

10.1. O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, nos casos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS Nº 52
Assinatura
C.P.L

I - Administrativamente, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
c) Lentidão no seu cumprimento, levando o Município de São Miguel da Baixa Grande a comprovar a impossibilidade da entrega dos Serviços, nos prazos estipulados;
d) Atraso injustificado no início dos Serviços;
e) A paralisação dos Serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao Município de São Miguel da Baixa Grande;
f) A Subcontratação total ou parcial dos Serviços, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pelo Município de São Miguel da Baixa Grande;
g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
h) Cometimento reiterado de faltas nos Serviços contratados;
i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo do Município de São Miguel da Baixa Grande, ponham em risco a perfeita execução dos Serviços;
j) Dissolução da sociedade contratada;
l) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo do Município de São Miguel da Baixa Grande, prejudique a execução do Contrato;
m) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Município de São Miguel da Baixa Grande e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;
n) Supressão no quantitativo dos Serviços que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;
o) Suspensão noS Serviços, por ordem escrita do Município de São Miguel da Baixa Grande por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
p) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Município de São Miguel da Baixa Grande, em razão dos Serviços, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
q) Não liberação, pelo Município de São Miguel da Baixa Grande, de área ou local para os Serviços, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
r) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.
s) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS Nº
Assinatura
C.P.L

II - Amigavelmente pelas partes.
III - Judicialmente.

10.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
10.3. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso "I" do 14.2, sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:

I - Devolução da garantia prestada;
II - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;
III – Pagamento do custo da desmobilização

10.4. A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" "i", "j", "k" "l" e "q", poderá acarretar as seguintes conseqüências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

I - assunção imediata dos Serviços objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Município de São Miguel da Baixa Grande;
II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
III - execução de garantia contratual, para ressarcimento do Município de São Miguel da Baixa Grande dos valores das multas e indenizações a ele devidas;
IV - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município de São Miguel da Baixa Grande.

10.5. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério do Município de São Miguel da Baixa Grande, que poderá dar continuidade ao Serviços dos Serviços por execução direta ou indireta.
10.6. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo Município de São Miguel da Baixa Grande, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, o Serviços dos Serviços, sem prévia e expressa autorização do Município de São Miguel da Baixa Grande.
10.7. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.
10.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
10.9. Independente das sanções administrativas, civis e penais previstas na lei nº 8.666/93, serão aplicadas as seguintes multas:
10.9.1 A recusa injustificada do adjudicatório em assinar o contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de convocação, acarretará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato.
10.9.2 A contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplência, às seguintes multas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE
FLS Nº 01
Assinatura

10.9.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do Serviços atrasado, até 30 (trinta) dias; e
10.9.2.2. 10% (dez por cento) sobre os valores dos Serviços contratados e rescisão do contrato, a critério da contratante, em caso de atrasos superiores a 30 (trinta) dias;
10.9.2.3. Nos casos de inadimplência, a contratada será suspensa pelo prazo de 01 (um) ano, o seu direito de licitar e contratar com MUNICIPIO DE São Miguel da Baixa Grande.
10.9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES
11.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida ampla defesa, as seguintes penalidades:

I – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em receber a Nota de Empenho;
II – suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE pelo prazo de 01 (um) ano;
III – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

11.2 Nos casos de inadimplência, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, serão aplicadas as seguintes multas:

I - 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor dos Serviços solicitados, aplicável até 30 (trinta) dias;
II - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, com a rescisão do Contrato, esta última a critério da CONTRATANTE, em caso de atrasos superiores a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

É vedado o aditamento e a prorrogação do presente contrato. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93 e no Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:
Este contrato terá sua publicação no Diário Oficial, em forma resumida, em obediência ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
O presente Contrato foi objeto de CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE, conforme Art. 25, inciso II, c/c Art. 13, inciso III da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Barro Duro - PI, para dirimir qualquer dúvida oriunda deste contrato.

E por estarem assim ajustados, assinaram o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, ante as testemunhas abaixo assinados.

São Miguel da Baixa Grande- PI, 13 de janeiro de 2023.

MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES TEXEIRA
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE

FRANCISCO DA CRUZ CARLOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATANTE

RUBENS KAIQUE FRAZAO MOURAO
CNPJ nº 32.404.059/0001-31
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS Nº
Assinatura
C.P.L